

16.abril.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra**
Drs. Jaime Barbosa (Presidente do Conselho Geral), Joaquina Ly, Júlio Dias e Carlos de Figueiredo (membros do Conselho).
- Recebidos por:** Deputado Rui Pedro Duarte (PS, que presidiu à reunião) e Deputados Catarina Martins (BE), Agostinho Santa (PS), Maria José Castelo Branco (PSD), Nilza de Sena (PSD), Maria da Conceição Pereira (PSD), Rosa Arezes (PSD) e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Realidade profissional do corpo docente da Escola.

Exposição: O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) deu as boas vindas aos membros do Conselho Geral da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra e convidou-os a fazerem a respetiva exposição.

Os representantes da Escola indicaram que pretendem dar conta da realidade profissional dos docentes da Escola, que é um estabelecimento público, numa rede de seis escolas artísticas. Informaram que a Escola tem 886 alunos, das áreas da música e dança e 107 professores, sendo 41 do quadro e 66 contratados.

Defenderam que a integração de professores no quadro da Escola tem sido feita através de medidas casuísticas e fizeram uma resenha histórica da criação do quadro e das integrações verificadas. Informaram que o quadro inicial é de 1983 e a primeira integração de docentes foi em 1997. Em 2008 foi disponibilizada a possibilidade de os professores se profissionalizarem e em 2009 procedeu-se à integração no quadro de cerca de 14 professores. Em 2013 teve lugar o primeiro concurso para lugares do quadro, com a atribuição de 6 vagas à Escola.

Salientaram que a situação obriga ao recrutamento através do regime das necessidades especiais e cria vários problemas, a saber:

- Atraso nos concursos e, em consequência, no início do ano letivo;
- Limitações ao lançamento de estratégias educativas, pela rotatividade e substituição dos professores;
- Constrangimentos para os alunos, com rotatividade de professores ao longo dos anos e mesmo no próprio ano, condicionante que é particularmente sentida devido ao facto de este ensino ser muito personalizado;
- Constrangimentos para os docentes, dependentes da colocação ano a ano. Nesse âmbito foi realçada a importância de um corpo docente estável e as dificuldades de fixação dos professores;
- Contratos anuais de docentes que nuns casos geram interrupções e noutros implicam cessação da inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA);

- Elevada percentagem de professores contratados, em relação aos do quadro, realçando que os primeiros respondem sempre a necessidades permanentes;
- Os professores contratados assumem funções de coordenação.

O representante da Associação de Pais realçou que está em causa uma escola de excelência e de formação global dos alunos e salientou que a estabilidade do corpo docente é uma preocupação e terá reflexos no ensino.

Intervio de seguida a Deputada Catarina Martins (BE) manifestando preocupação com a vinculação dos professores do ensino artístico e da música e referindo que continuam a acompanhar a matéria.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu que está em causa uma situação particular e realçou a importância da estabilidade do corpo docente e a relevância dos vários agentes educativos, pais, autarquias, escolas. Enfatizou que o Ministério da Educação e Ciência (MEC) está a intervir nesta área e, nesse âmbito, em 2013 realizou um concurso de professores extraordinário e outro regular e está a equacionar a vinculação de professores.

Pedi ainda maior concretização do problema de interrupção da inscrição na CGA dos professores contratados da Escola.

O Deputado Agostinho Santa (PS) referiu que a questão é conhecida de outras audiências, tendo, no entanto, realçado a novidade da desvinculação da CGA e informando que não vai ignorar o problema.

Salientou que a precariedade é preocupante e é mais premente por serem números pequenos. Realçou os reflexos da falta de estabilidade dos professores na implementação de projetos. Defendeu que o problema tem de ser tratado a nível global (estabilidade dos docentes em geral) e em especial para estes professores.

Questionou depois se a vinculação que o Governo indicou (cerca de 2.000 professores) responde às obrigações e defendeu que o mesmo deve tratar a matéria e a Assembleia da República desenvolverá apenas poderes de fiscalização daquele.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que o recurso ilegal à precariedade tem sido uma opção política de sucessivos Governos PS, PSD e CDS e realçou que o número diminuto de vagas no concurso de 2013 não respondeu às necessidades identificadas pelas escolas e motivou uma pergunta do PCP ao Governo, a qual não teve ainda resposta. Salientou ainda que apresentaram o [Projeto de Lei n.º 480/XII, para vinculação dos professores contratados e promoção da estabilidade do corpo docente nas escolas](#), tendo o mesmo sido rejeitado. Por último, realçou que a opção pelo recurso ilegal à precariedade para darem resposta a necessidades permanentes é uma desvalorização profunda do trabalho docente e de redução dos custos de trabalho.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da Escola referiram que o Governo indicou a vinculação de 80 docentes para as escolas artísticas, o que resolve as situações mais gritantes, mas não o problema total, tendo solicitado a realização de um concurso para resolução global dos problemas dos docentes das mesmas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informaram depois que a existência de professores contratados no Conselho Geral se deve ao facto de aquele órgão dever refletir globalmente a realidade da Escola e aqueles professores serem em maioria. Realçaram a existência de falhas a nível do número de vagas no ano anterior e enfatizaram a necessidade de os concursos anuais serem apenas para as vagas residuais e não serem tão tardios, para não atrasarem o início do ano letivo.

Informaram que o último levantamento das necessidades de professores foi feito em 2009 e pediram a integração extraordinária dos professores contratados há muitos anos. Esclareceram ainda que a Caixa Geral de Aposentações informou que apenas os professores colocados através do concurso nacional promovido pelo MEC podem, excecionalmente, manter a inscrição, estando fora desse regime os contratados por oferta de escola (como é o caso), ou contratados em regime de substituição (anexaram documento de resposta da CGA ao Conservatório de Música do Porto, disponível na [página da Comissão, na internet](#)).

O representante da Associação de Pais pediu a análise da situação em termos específicos nesta Escola e nas escolas do ensino artístico, para além da resolução geral da estabilidade dos docentes nas várias escolas. Realçou ainda que nas escolas do ensino artístico há aulas individuais para cada aluno, pelo que têm especificidades, para além de a situação envolver poucos professores.

A gravação áudio da reunião e a documentação entregue estão disponibilizadas na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 16 de abril de 2014

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes